

# **FASUL EDUCACIONAL** **(Fasul Educacional EaD)**

---

## **PÓS-GRADUAÇÃO**

## **DIREITO DO TRABALHO**

### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

---

## DIREITO DO TRABALHO

<b>DISCIPLINA:</b> ÉTICA, DIREITOS HUMANOS E DIREITOS DA CIDADANIA
<b>RESUMO</b> A presente disciplina tem por escopo investigar a interação entre a ética, os direitos humanos e os direitos da cidadania, relacionando como tais matérias podem auxiliar na gestão pública e na construção de políticas públicas assertivas e funcionais.
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>
<b>AULA 1</b> INTRODUÇÃO O QUE É ÉTICA? FUNDAMENTOS DA ÉTICA ÉTICA NA HISTÓRIA ÉTICA E OUTRAS CIÊNCIAS
<b>AULA 2</b> INTRODUÇÃO DIREITOS HUMANOS DE PRIMEIRA DIMENSÃO DIREITOS HUMANOS DE SEGUNDA DIMENSÃO DIREITOS HUMANOS DE TERCEIRA DIMENSÃO SISTEMA INTERNACIONAL DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS
<b>AULA 3</b> INTRODUÇÃO DIREITOS FUNDAMENTAIS NA HISTÓRIA BRASILEIRA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1988 E CONCEPÇÃO CONTEMPORÂNEA DE DIREITOS HUMANOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL: ANÁLISE EM ESPÉCIE TRATADOS INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NO DIREITO INTERNO
<b>AULA 4</b> INTRODUÇÃO CONCEITOS DE CIDADANIA A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DA CIDADANIA A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA NO BRASIL EM BUSCA DA CIDADANIA PLENA
<b>AULA 5</b> INTRODUÇÃO DIREITO DAS MINORIAS: PRIVILÉGIO OU NECESSIDADE? PROGRAMA NACIONAL DE DIREITOS HUMANOS POVOS ORIGINÁRIOS BRASILEIROS PORTADORES DE DEFICIÊNCIAS
<b>AULA 6</b> INTRODUÇÃO AS MULHERES: VIOLÊNCIAS SIMBÓLICAS E FÍSICAS IMIGRANTES E REFUGIADOS POPULAÇÃO LGBT A ÉTICA, OS DIREITOS HUMANOS E OS DIREITOS DA CIDADANIA COMO

**INSTRUMENTOS DEMOCRÁTICOS**

**BIBLIOGRAFIAS**

- BÖTTCHER, C. A. O legado ético e universalista do Direito Romano. Revista da Faculdade de Direito – Universidade de São Paulo, São Paulo, v. 108, p. 155-167, 2013. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/67981>.
- CACHICHI, R. C. D. As relações entre ética e política na concepção de justiça em Aristóteles. Revista CEJ, Brasília, v. 15, n. 55, p. 76-85, out./dez. 2011. Disponível em: <http://www.jf.jus.br/ojs2/index.php/revcej/article/viewFile/1483/1524>.
- MEDEIROS, A. M. Ética e política. Sabedoria Política, abr. 2016. Disponível em: <https://www.sabedoriapolitica.com.br/etica-e-politica/>.

**DISCIPLINA:**

DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO

**RESUMO**

Os direitos trabalhistas se transformaram ao longo dos anos, no mundo e, particularmente, em nosso país, com enormes avanços na legislação, para que a relação entre os sujeitos envolvidos pudesse ser a mais equilibrada possível. A relação de trabalho, especialmente aquela que gera o vínculo empregatício, conhecida como relação de emprego, é baseada em fontes e princípios que a sustentam, e está disposta em nosso ordenamento jurídico, implícita ou explicitamente, seja na Constituição Federal (CF/1988), seja na legislação infraconstitucional, para proteger, genericamente, as relações individual e coletiva de trabalho, particularmente o empregado.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

FONTES DO DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO  
EMPREGADOR  
EMPREGADO  
RELAÇÕES DE TRABALHO

**AULA 2**

PRINCÍPIO DA IRREDUTIBILIDADE SALARIAL  
PRINCÍPIO DA INTANGIBILIDADE SALARIAL  
PRINCÍPIO DA CONTINUIDADE DA RELAÇÃO DE EMPREGO E DA PRIMAZIA DA REALIDADE  
PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO AO TRABALHADOR

**AULA 3**

CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO  
CONTRATO DE EXPERIÊNCIA  
CONTRATO DE APRENDIZAGEM  
CONTRATO DE ESTÁGIO

**AULA 4**

HORAS EXTRAS  
REMUNERAÇÃO  
TIPOS DE SALÁRIO  
ADICIONAIS TRABALHISTAS

**AULA 5**

FÉRIAS  
FALTAS  
DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO

ESTABILIDADE PROVISÓRIA

**AULA 6**

AVISO PRÉVIO

EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO 1

EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO 2

FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE TRABALHO

**BIBLIOGRAFIAS**

- ALCANTARA, S. A. Legislação trabalhista e rotinas trabalhistas. Curitiba: InterSaberes, 2020.
- CASSAR, V. B. Direito do Trabalho. 16. ed. São Paulo: Método, 2019.
- DELGADO, M. G. Curso de Direito do Trabalho. 19. ed. São Paulo: LTr, 2020.

**DISCIPLINA:**

DIREITO COLETIVO DO TRABALHO

**RESUMO**

A presente disciplina tem a finalidade de abordar conteúdos destinados a ampliar o conhecimento acerca das relações coletivas de trabalho, como conceitos, características, funções e princípios que dão ao direito coletivo do trabalho a base para seu funcionamento. Nesta aula, primeiramente conceituaremos o direito coletivo do trabalho, traçando a diferença entre as relações individuais do trabalho e as relações coletivas do trabalho, para, posteriormente, fazermos a distinção do direito coletivo, em face do direito sindical, a fim de deixarmos claro o objeto do nosso estudo. Posteriormente, analisaremos a função e o conteúdo do direito coletivo do trabalho, com o objetivo de esclarecermos a seriedade dessa disciplina, observando, da mesma forma, os princípios que lhe cabem. Para finalizar, analisaremos o tratamento resguardado ao direito coletivo do trabalho pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), com a finalidade de expandirmos a visão dada a esse ramo do direito do trabalho.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

DIREITO COLETIVO VERSUS DIREITO SINDICAL

FUNÇÃO E CONTEÚDO DO DIREITO COLETIVO DO TRABALHO

PRINCÍPIOS DO DIREITO COLETIVO DO TRABALHO

OIT NO DIREITO COLETIVO DO TRABALHO

**AULA 2**

HISTÓRICO DO SINDICALISMO NO BRASIL

SINDICATOS: DEFINIÇÃO, NATUREZA JURÍDICA E SUJEITOS

SISTEMAS SINDICAIS: CATEGORIAS

UNICIDADE E PLURALIDADE SINDICAL

**AULA 3**

CENTRAIS SINDICAIS

FUNÇÕES E PRERROGATIVAS - ENTIDADES SINDICAIS

RECEITAS SINDICAIS

PROTEÇÕES À ATUAÇÃO SINDICAL E GARANTIAS SINDICAIS

**AULA 4**

COMISSÕES DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA

FUNÇÕES E IMPORTÂNCIA DA NEGOCIAÇÃO COLETIVA TRABALHISTA

ETAPAS E PRINCÍPIOS DA NEGOCIAÇÃO COLETIVA

LIMITES DA NEGOCIAÇÃO COLETIVA

**AULA 5**

ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO NO DIREITO COLETIVO DO TRABALHO  
DIPLOMAS NEGOCIAIS COLETIVOS: CONVENÇÃO E ACORDOS COLETIVOS DE TRABALHO  
LOCKOUT E GREVE  
GREVE: LIMITES E REQUISITOS

**AULA 6**

CONSIDERAÇÕES SOBRE A LEI N. 13.467/17  
IMPACTOS DA REFORMA TRABALHISTA NOS SINDICATOS  
RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO: ASSISTÊNCIA DO SINDICATO  
IMPACTOS DA REFORMA TRABALHISTA NAS NEGOCIAÇÕES COLETIVAS

**BIBLIOGRAFIAS**

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm).
- DELGADO, M. G. Curso de direito do trabalho. 18. ed. São Paulo: LTr, 2019.
- NASCIMENTO, A. M. As relações individuais e coletivas de trabalho. Boletim Mascaro Nascimento, n. 171, set. 2013. Disponível em: [http://www.mascaro.com.br/boletim/setembro2013\\_edicao\\_171/as\\_relacoes\\_coletivas\\_e\\_individuais\\_de\\_trabalho.html](http://www.mascaro.com.br/boletim/setembro2013_edicao_171/as_relacoes_coletivas_e_individuais_de_trabalho.html).

**DISCIPLINA:**

JUSTIÇA DO TRABALHO

**RESUMO**

A Justiça do Trabalho é um ramo do Poder Judiciário brasileiro. A sua aplicação na sociedade é de ampla notoriedade, posto que grande parte da população durante a vida integra uma relação de trabalho, e em havendo conflitos nessas relações, busca-se a Justiça do Trabalho na intenção de solucioná-los. Interligado a esse conceito, e para que se possa adentrar ao efetivo estudo da Justiça do Trabalho, importante uma breve introdução à história do Direito e da Justiça do Trabalho. Iniciaremos a história quando os trabalhadores não tinham nenhuma proteção e chegaremos até a Justiça do Trabalho atual, com suas regulamentações específicas que asseguram os direitos trabalhistas.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO  
PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS  
PERCULIARIDADES DO PROCESSO DO TRABALHO

**AULA 2**

LITISCONSÓRCIO  
INTERVENÇÃO DE TERCEIROS  
SUBSTITUIÇÃO PROCESSUAL  
JUS POSTULANDI

**AULA 3**

DISSÍDIOS INDIVIDUAIS E COLETIVO  
RITO SUMARÍSSIMO  
PROCEDIMENTOS ESPECIAIS  
PARTE II

**AULA 4**

TIPOS DE AUDIÊNCIAS NA JUSTIÇA DO TRABALHO  
PROVAS – PARTE I  
PROVAS – PARTE II  
MEIOS DE PROVA

**AULA 5**

SENTENÇAS – PARTE I  
SENTENÇAS – PARTE II  
RECURSOS – PARTE I  
RECURSOS – PARTE II

**AULA 6**

ACÓRDÃO  
EXECUÇÃO TRABALHISTA  
MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO  
REVISÃO

**BIBLIOGRAFIAS**

- BRASIL. Constituição (1988). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988.
- \_\_\_\_\_. Decreto-lei n. 5.452, de 1 de maio de 1943. Aprova a consolidação das leis do trabalho. Diário Oficial da União, 9 ago. 1943.
- GARCIA, G. F. B. Curso de Direito Processual do Trabalho. 8. ed. revista, atualizada e ampliada. Rio de Janeiro: Forense, 2019.
- JORGE NETO, F. F.; CAVALCANTE, J. de Q. P. Direito Processual do Trabalho. 8. ed. Revista e atualizada. São Paulo: Atlas, 2019.

**DISCIPLINA:**

RELAÇÕES TRABALHISTAS

**RESUMO**

A relação de trabalho, especialmente aquela que gera o vínculo empregatício, conhecida como relação de emprego, é baseada em fontes e princípios que a sustentam e que estão dispostos em nosso ordenamento jurídico, implícita ou explicitamente. É essencial que conheça cada um de vários tipos de trabalho; relação de emprego e suas características.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

HISTÓRICO DO DIREITO DO TRABALHO  
FONTES DO DIREITO DO TRABALHO  
PRINCÍPIOS DO DIREITO DO TRABALHO  
EMPREGADO E EMPREGADOR  
RELAÇÕES DE TRABALHO

**AULA 2**

TEORIA GERAL DOS CONTRATOS  
CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO  
CONTRATO DE EXPERIÊNCIA  
CONTRATO DE APRENDIZAGEM  
CONTRATO DE ESTÁGIO

**AULA 3**

REMUNERAÇÃO  
TIPOS DE SALÁRIO  
ADICIONAIS TRABALHISTAS

JORNADA DE TRABALHO  
HORAS EXTRAS E INTERVALOS

**AULA 4**

DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO  
FÉRIAS  
FALTAS  
AVISO PRÉVIO E FGTS  
EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

**AULA 5**

DIREITO COLETIVO DO TRABALHO  
PRINCÍPIOS DO DIREITO COLETIVO DO TRABALHO  
ORGANIZAÇÕES SINDICAIS  
NEGOCIAÇÕES COLETIVAS  
GREVE

**AULA 6**

JUSTIÇA DO TRABALHO  
A SEGURIDADE SOCIAL BRASILEIRA  
APOSENTADORIAS  
AUXÍLIOS PREVIDENCIÁRIOS  
OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

**DISCIPLINA:**  
RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

**RESUMO**

Existe um consenso mais ou menos definido na ciência política que prevê que as instituições fazem a diferença no padrão de governo, contudo, esse consenso é por vezes questionado quando a análise se foca nas consequências das estruturas institucionais específicas. Nesse sentido, diversos estudos ilustram a falta de acordo sobre quais resultados são produzidos por cada tipo de instituição (Tsebelis, 1997)

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

DEFINIÇÃO DE CONFLITO  
TIPOS DE CONFLITOS  
O VALOR NEGATIVO E POSITIVO DO CONFLITO  
ESPIRAL DO CONFLITO  
CONFLITOS MEDIÁVEIS E NÃO MEDIÁVEIS

**AULA 2**

HISTÓRICO SOBRE AS FORMAS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS  
SISTEMA MULTIPORTAS  
AUTOCOMPOSIÇÃO  
CARACTERÍSTICAS DOS PROCESSOS AUTOCOMPOSITIVOS  
INTRODUÇÃO AO CONCEITO DE MEDIAÇÃO

**AULA 3**

CONCEITO  
ORIGEM  
PREVISÃO LEGAL  
PRINCÍPIOS NORTEADORES

**AULA 4**

COMO ORGANIZAR A REUNIÃO  
DECLARAÇÃO DE ABERTURA  
REUNIÃO DE INFORMAÇÕES  
RESUMO  
ORGANIZAÇÃO DOS DEBATES

**AULA 5**

ALGUMAS FERRAMENTAS PARA PROVOCAR MUDANÇAS  
DISTINÇÃO ENTRE POSIÇÃO E INTERESSE  
MEDIAÇÃO FAMILIAR  
MEDIAÇÃO ESCOLAR  
MEDIAÇÃO COMUNITÁRIA

**AULA 6**

COMPROMISSO ÉTICO DO MEDIADOR  
BENEFÍCIOS DA MEDIAÇÃO  
OBSTÁCULOS QUE DIFICULTAM A TAREFA DO MEDIADOR  
CASOS PRÁTICOS DE MEDIAÇÃO  
CONCLUSÃO

**BIBLIOGRAFIAS**

- MCMANUS, R.; OZKAN, F. G. Who does better for the economy? Presidents versus parliamentary democracies. Public Choice, v. 176, n. 3-4, p. 361-387, 2018.
- OLIVEIRA, A. C. Diferenças e semelhanças entre os sistemas da Civil Law e da Common Law. Direito público, v. 12, n. 64, 2016.
- SCHWARTZENBERG, R.-G. Sociologia Política: elementos de ciência política. 5. ed. São Paulo: Difel – Difusão Editorial S. A., 1979.

**DISCIPLINA:**

LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

**RESUMO**

A gestão eletrônica de documentos (GED) é uma evolução natural da gestão documental convencional, que tem como base o papel. A gestão de documentos convencional é um processo caro, lento e sujeito a erros, que exige muito espaço físico e muito tempo para gerenciamento e recuperação de documentos. O GED substitui o gerenciamento manual de documentos pelo gerenciamento digital, o que traz inúmeras vantagens. Com o GED, documentos podem ser facilmente digitalizados, indexados e armazenados em um sistema eletrônico centralizado. Isso permite que documentos sejam recuperados rapidamente por meio de pesquisas por palavras-chave e evita a perda ou destruição de documentos físicos. Além disso, a gestão eletrônica de documentos também melhora a segurança dos documentos, uma vez que é possível definir níveis de acesso aos documentos, criptografá-los e protegê-los contra alterações não autorizadas. O GED também permite a criação de trilhas de auditoria que registram todas as ações realizadas em relação a um documento.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

INTRODUÇÃO  
A LGPD NA PERSPECTIVA CONSTITUCIONAL: OS DIREITOS FUNDAMENTAIS  
A LGPD E A RELAÇÃO COM OUTROS DIPLOMAS LEGAIS  
ÂMBITO DE APLICAÇÃO DA LGPD  
OS FUNDAMENTOS DA LGPD

**AULA 2**

INTRODUÇÃO  
CONCEITOS FUNDAMENTAIS

HIPÓTESES LEGAIS E GERAIS DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS  
CONSENTIMENTO DO TITULAR  
LEGÍTIMO INTERESSE DO CONTROLADOR

**AULA 3**

INTRODUÇÃO  
TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS  
TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES  
TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS PELO PODER PÚBLICO  
COMPARTILHAMENTO DE DADOS PELO PODER PÚBLICO

**AULA 4**

INTRODUÇÃO  
DIREITOS DO TITULAR DE DADOS PESSOAIS  
CICLO DE VIDA DOS DADOS PESSOAIS  
AGENTES DE TRATAMENTO DE DADOS: CONTROLADOR E OPERADOR  
ENCARREGADO DOS DADOS (DPO)

**AULA 5**

INTRODUÇÃO  
SANÇÕES ADMINISTRATIVAS  
ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO E REGULAÇÃO NACIONAL  
ÓRGÃOS ESTADUAIS DE FISCALIZAÇÃO E REGULAÇÃO  
O PAPEL DO CONTROLE EXTERNO NA FISCALIZAÇÃO DA LGPD

**AULA 6**

INTRODUÇÃO  
BOAS PRÁTICAS E GOVERNANÇA  
PREMISSAS FUNDAMENTAIS DE GOVERNANÇA EM PRIVACIDADE À LUZ DA LGPD  
ELEMENTOS MANDATÓRIOS MÍNIMOS DO PROGRAMA DE GOVERNANÇA EM PRIVACIDADE  
O PROGRAMA DE “GOVERNANÇA EM PRIVACIDADE”: COMO ESTRUTURÁ-LO?

**BIBLIOGRAFIA**

- AMORA, J. Relação entre compliance e LGPD. Risco Legal, S.d. Disponível em: <https://vgriscollegal.com.br/blog/relacao-entre-lgpd-e-o-compliance/>. Acesso em: 24 maio 2023.
- ANPD – Autoridade Nacional de Proteção de Dados. Tratamento de dados pessoais pelo Poder Público – Guia orientativo. Brasília: ANPD, 2022.
- BARROS, L. Gestão eletrônica de documentos: o que é e como funciona a GED? Tangerino, 2022. Disponível em: <https://tangerino.com.br/blog/gestaoeletronica-de-documentos/#Como-funciona-a-Gestão-Eletrônica-deDocumentos?>. Acesso em: 4 maio 2023.

**DISCIPLINA:**

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO E EXECUÇÃO TRABALHISTA

**RESUMO**

Em um Estado Democrático de Direito, o acesso à justiça é um dos pressupostos basilares para a efetivação dos direitos humanos e fundamentais. Isso porque, nesse modelo de Estado, não basta justificar e contemplar a existência dos direitos humanos e fundamentais, pois também é necessário prever instrumentos para garanti-los. Nesse contexto, o Poder Judiciário e, conseqüentemente, o processo, são de fundamental importância, não só por garantirem a todos os indivíduos mecanismos para a defesa de seus direitos humanos e fundamentais, mas também atuando no controle de políticas públicas. Com base em tal

premissa, nossa aula pretende demonstrar a importância que o processo tem dentro do Estado de Direito, bem como analisar a sua evolução e efetivação no direito do trabalho, tendo como base a construção constitucional do nosso sistema jurídico.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

#### **AULA 1**

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO NA CONSTITUIÇÃO  
REFORMA TRABALHISTA  
FONTES DO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO  
HERMENÊUTICA DO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

#### **AULA 2**

PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS FUNDAMENTAIS  
PRINCÍPIOS DO DIREITO PROCESSUAL  
PRINCÍPIOS PRÓPRIOS DO DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO  
PRINCÍPIO DA DESPERSONIFICAÇÃO DO EMPREGADOR X DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

#### **AULA 3**

AÇÃO TRABALHISTA  
CLASSIFICAÇÃO DAS AÇÕES  
PROCESSO E PROCEDIMENTO  
ATOS, TERMOS E PRAZOS NO PROCESSO DO TRABALHO

#### **AULA 4**

AUDIÊNCIA  
RESPOSTA DO RÉU  
PROVA NO PROCESSO DO TRABALHO  
RAZÕES FINAIS, SENTENÇA E COISA JULGADA

#### **AULA 5**

RECURSO ORDINÁRIO  
RECURSO DE REVISTA  
AGRAVO  
OUTROS RECURSOS

#### **AULA 6**

IMPUGNAÇÃO OU EMBARGOS DO EXECUTADO  
PENHORA  
EMBARGOS  
ENCERRAMENTO DA EXECUÇÃO

### BIBLIOGRAFIAS

- BRASIL. Constituição (1988). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988.
- LEITE, C. H. B. Curso de direito processual do trabalho. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.
- SCHIAVI, M. A reforma trabalhista e o processo do trabalho: aspectos processuais da Lei n. 13.467/17 2. ed. São Paulo: LTr, 2018.

### DISCIPLINA:

LEGISLAÇÃO TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA

### RESUMO

Nesta disciplina trataremos dos principais aspectos da legislação trabalhista e previdenciária aplicadas às rotinas do departamento de recursos humanos de pequenas e grandes empresas. Em nossos capítulos, falaremos sobre conteúdos básicos que devem ser

conhecidos por qualquer profissional que atue em rotinas trabalhistas, ou seja, no departamento pessoal. Falaremos sobre contrato de trabalho, proventos, descontos, contribuições previdenciárias, FGTS, imposto de renda entre outros conteúdos essenciais para um operador de recursos humanos.

### CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

#### **AULA 1**

DIREITO DO TRABALHO

CONTRATO DE TRABALHO E OS SEUS SUJEITOS: EMPREGADOR E EMPREGADO

ESPÉCIES DE CONTRATO DE TRABALHO

ROTINA DE ADMISSÃO E AS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

NOVO ESOCIAL: IMPACTOS NO PROCESSO DE ADMISSÃO E A NOVA CARTEIRA DE TRABALHO

#### **AULA 2**

DURAÇÃO DO TRABALHO: JORNADA DE TRABALHO, INTERVALOS, HORA EXTRA E EXCEÇÕES

SALÁRIO VERSUS REMUNERAÇÃO: COMPOSIÇÃO REMUNERATÓRIA, HORAS EXTRAS E BANCO DE HORAS

AJUDA DE CUSTO, DIÁRIAS DE VIAGENS E PRÊMIO

ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE, PERICULOSIDADE, NOTURNO, TRANSFERÊNCIA: ADICIONAIS CONVENCIONADOS

DSR E TRABALHO EM DOMINGOS E FERIADOS

#### **AULA 3**

DESCONTOS SALARIAIS

ESPÉCIES DE ESTABILIDADE

FÉRIAS INDIVIDUAIS

FÉRIAS COLETIVAS

DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO

#### **AULA 4**

AFASTAMENTOS DO EMPREGADO: AUXÍLIO-DOENÇA, ACIDENTE DE TRABALHO E DOENÇA OCUPACIONAL

AFASTAMENTOS DO EMPREGADO: LICENÇA MATERNIDADE E PATERNIDADE

AFASTAMENTO DO EMPREGADO: SERVIÇO MILITAR E REPRESENTAÇÃO SINDICAL

EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO: FORMAS DE EXTINÇÃO

AVISO PRÉVIO

#### **AULA 5**

RESCISÃO POR APOSENTADORIA

RESCISÃO POR FALECIMENTO DO EMPREGADO

PRAZO PARA PAGAMENTO DA RESCISÃO E HOMOLOGAÇÃO

SEGURO-DESEMPREGO

FUNDO DE GARANTIA DE TEMPO DE SERVIÇO (FGTS)

#### **AULA 6**

PREVIDÊNCIA SOCIAL

CUSTEIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

ENCARGOS PATRONAIS NA FOLHA DE PAGAMENTO

CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DOS TRABALHADORES

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

### BIBLIOGRAFIAS

- ALCANTARA, S. A. Legislação trabalhista e rotinas trabalhistas. 3. ed. rev. e atual.

Curitiba: InterSaberes, 2018.

- CASSAR, V. B. Direito do trabalho: de acordo com a reforma trabalhista. 16. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro; São Paulo: Forense; Método, 2019.
- OLIVEIRA, A. Cálculos trabalhistas. 24. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

**DISCIPLINA:**

**DIREITOS SOCIAIS E POLÍTICAS PÚBLICAS**

**RESUMO**

Nesta disciplina, vamos investigar a interação entre os direitos sociais e as políticas públicas, relacionando como a constante evolução dos direitos sociais pautou a construção de políticas públicas. Como se sabe, os direitos sociais têm por objetivo e essência a tutela da igualdade e da liberdade, buscando garantir aos cidadãos condições dignas de vivência, disponibilizando materiais e meios para que se efetive a fruição plena das liberdades individuais. Como não poderia ser diferente, o principal desafio à realização dos direitos sociais é justamente a garantia de sua eficácia e efetividade, em especial no que concerne à implementação de seu principal meio de realização: as políticas públicas, responsáveis por fixar de maneira planejada as diretrizes e atitudes da ação do Poder Público perante nossa sociedade.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

HISTÓRICO DOS DIREITOS SOCIAIS NO MUNDO

HISTÓRICO DOS DIREITOS SOCIAIS NO DIREITO INTERNACIONAL

DIREITOS SOCIAIS E SUA EVOLUÇÃO HISTÓRICA NA ORDEM JURÍDICA BRASILEIRA  
CONCEITUAÇÃO

**AULA 2**

PRINCÍPIOS QUE NORTEIAM OS DIREITOS SOCIAIS

DIREITOS SOCIAIS E O MÍNIMO VITAL: NECESSÁRIO APROFUNDAMENTO

DIREITOS SOCIAIS E POSITIVAÇÃO CONSTITUCIONAL

DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS DESTINADOS À EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS

**AULA 3**

DIREITOS SOCIAIS: O DIREITO À EDUCAÇÃO BÁSICA E DE QUALIDADE

DIREITOS SOCIAIS: DIREITO À SAÚDE

DIREITOS SOCIAIS: DIREITO AO TRABALHO

DIREITOS SOCIAIS: DIREITO À PREVIDÊNCIA SOCIAL

**AULA 4**

DIREITOS SOCIAIS: DIREITO AO LAZER

DIREITOS SOCIAIS: DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

DIREITOS SOCIAIS: DIREITO À PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA

DIREITOS SOCIAIS – DIREITO À SEGURIDADE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

**AULA 5**

ESTRUTURAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS E SEU IMPACTO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS BRASILEIRAS

O DIREITO E O DESENVOLVIMENTO SOCIAL

OS DIREITOS SOCIAIS COMO MODERNAS FERRAMENTAS PARA REALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A EFICIÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS – UM MODELO DE TRADE OFF?

**AULA 6**

POVO NEGRO E QUILOMBOLA  
AS MULHERES: VIOLÊNCIAS SIMBÓLICAS E FÍSICAS  
IMIGRANTES E REFUGIADOS  
CONCLUSÃO

**BIBLIOGRAFIAS**

- COMPARATO, F. K. A afirmação histórica dos direitos humanos. São Paulo: Saraiva, 1999.
- NUNES JÚNIOR, V. S. Direitos sociais. In: CAMPILONGO, C. F.; GONZAGA, A. A.; FREIRE, A. L. (coords.) Enciclopédia jurídica da PUC-SP. Tomo: Direito Administrativo e Constitucional. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017. Disponível em: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/54/edicao-1/direitos-sociais>.
- TAVARES, A. R. Curso de Direito Constitucional. 10. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2012.

**DISCIPLINA:**

DIREITOS HUMANOS - ASPECTOS HISTÓRICOS, CONCEITUAIS E CONJUNTURAIIS

**RESUMO**

Esta disciplina apresenta aspectos fundamentais dos direitos humanos, com suas perspectivas históricas, natureza e origens conceituais. Ela trata do sistema global de proteção dos direitos humanos, explica a diferença entre direitos humanos e direitos fundamentais, e descreve projetos societários. Aborda a cultura dos direitos e a condição da dignidade humana. Fala também sobre aspectos críticos do tema, apontando as contradições entre o desenvolvimento econômico e o humano.

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA  
DIMENSÕES E CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS HUMANOS  
DIREITOS FUNDAMENTAIS  
MITIGAÇÃO DA SOBERANIA DO ESTADO

**AULA 2**

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS  
SISTEMA GLOBAL DE PROTEÇÃO  
PACTO INTERNACIONAL DOS DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS E PROTOCOLO FACULTATIVO AO PACTO  
PACTO INTERNACIONAL DOS DIREITOS ECONOMICOS, SOCIAIS E CULTURAIS E PROTOCOLO FACULTATIVO AO PACTO

**AULA 3**

CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO RACIAL  
CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE A ELIMINAÇÃO DE TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO CONTRA A MULHER  
CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA  
CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DA CRIANÇA

**AULA 4**

SISTEMA INTERAMERICANO DE PROTEÇÃO  
COMISSÃO INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS  
CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS

**INTERPRETAÇÃO E APLICAÇÃO**

**AULA 5**

A GLOBALIZAÇÃO E OS DIREITOS HUMANOS  
GLOBALIZAÇÃO E LOCALIZAÇÃO  
ANTONIO WOLKMER E O PLURALISMO  
DIREITOS HUMANOS COMO DE DIREITO PÚBLICO

**AULA 6**

A EXPANSÃO DOS DIREITOS HUMANOS E SUA PREVISÃO NA CONSTITUIÇÃO  
NORMAS CONSTITUCIONAIS SOBRE A FORMAÇÃO E A INCORPORAÇÃO DE  
TRATADOS  
AS FASES DAS CELEBRAÇÕES DE TRATADOS NO BRASIL  
A HIERARQUIA NORMATIVA DOS TRATADOS

**BIBLIOGRAFIAS**

- BENDA, E. et al. (Org.). Manual de Derecho Constitucional. Madri: Marcial Pons, Ediciones Jurídicas y Sociales, 1996.
- CANELA JUNIOR, O. A efetivação dos direitos fundamentais através do processo coletivo: o âmbito de cognição das políticas públicas pelo poder judiciário. Tese de Doutorado em Direito – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo, 2009.
- VIANA, A. C. A. Conflito entre as nações: um estudo acerca da teoria de Huntington e outras perspectivas. Monografia de Especialização em Sociologia Política – Curso de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

**DISCIPLINA:**

**GESTÃO DE RISCOS TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIOS**

**CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

**AULA 1**

A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO DO TRABALHO NO BRASIL  
O DIREITO DO TRABALHO NO BRASIL E A REFORMA TRABALHISTA - LEI N.  
13.467/2017 - ALTERAÇÕES REDUÇÃO RISCOS À EMPRESA  
CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO PREVIDENCIÁRIO  
CONSTRUÇÃO DO DIREITO PREVIDENCIÁRIO NO BRASIL

**AULA 2**

QUESTÕES PRÉ-CONTRATUAIS, CONTRATUAIS, SALARIAIS E FUNCIONAIS  
O CONTROLE DA JORNADA DE TRABALHO: EMPREGADO COM CONTROLE DE  
JORNADA E EMPREGADO SEM CONTROLE DE JORNADA  
ELEMENTOS ESSENCIAIS PARA A VALIDADE DO CARTÃO DE PONTO E TIPOS DE  
CARTÃO DE PONTO  
REGIME DE COMPENSAÇÃO/BANCO DE HORAS E PAGAMENTOS DAS HORAS  
EXTRAORDINÁRIAS

**AULA 3**

ELABORANDO E FECHANDO A FOLHA DE PAGAMENTO  
CONTROLE E ADIMPLENTO DE FÉRIAS E O TERÇO CONSTITUCIONAL  
ADIMPLENTO DO 13º SALÁRIO, PROCEDIMENTOS E PRAZOS  
INSCRIÇÃO AO PAT E CONTROLES DE BENEFÍCIOS COMO VALE-ALIMENTAÇÃO,  
REFEIÇÃO E CESTA BÁSICA  
DESCONTOS DE CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS E PREENCHIMENTO DE DOCUMENTOS  
FORMAIS COMO CAGED E RAIS

**AULA 4**

DEPARTAMENTO DE SEGURANÇA NO TRABALHO: HISTÓRICO E PRINCIPAIS PREVISÕES LEGISLATIVAS

DEPARTAMENTO DE SAÚDE E MEDICINA NO TRABALHO

PERFIL PROFISSIOGRÁFICO PREVIDENCIÁRIO E A CONSTITUIÇÃO DA CIPA

DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS PARA FISCALIZAÇÃO, MULTAS E PENALIDADES PELO DESCUMPRIMENTO DE NORMAS REGULAMENTADORAS

TRABALHADORES EXPOSTOS À PERICULOSIDADE E INSALUBRIDADE

**AULA 5**

A IMPLEMENTAÇÃO DO ESOCIAL, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA,

CONTRATAÇÃO AUTÔNOMA E O CONTRATO DE ESTÁGIO

AUDITORIA DE DOCUMENTOS E A RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA E SUBSIDIÁRIA DA TOMADORA DE SERVIÇOS

CONTRATAÇÃO NA FORMA AUTÔNOMA E CONTRATO DE ESTÁGIO E A LEI N. 11.788/2008

CUIDADOS NA HORA DO DESLIGAMENTO DO EMPREGADO, FINALIZAÇÃO DE CONTRATOS E ALTERAÇÕES CONTRATUAIS EM GERAL

**AULA 6**

O CORRETO ENQUADRAMENTO PREVIDENCIÁRIO E OS FATORES DE RISCO (FAP E RAT)

O DEVER DE TRANSMISSÃO DAS CONTRIBUIÇÕES À PREVIDÊNCIA SOCIAL

REPASSES E PROCEDIMENTOS EM CASO DE ACIDENTE E DOENÇA DO TRABALHO, AUXÍLIO MATERNIDADE, SALÁRIO FAMÍLIA

OMISSÃO E A RESPONSABILIDADE CIVIL EM CASO DE ACIDENTE E DOENÇA DO TRABALHO – AÇÕES DE REGRESSO